

--- No dia vinte e sete de novembro de dois mil e vinte e cinco, pelas dezanove horas e trinta e oito minutos, reuniu, no Palácio dos Marquês da Praia e de Monforte, cidade de Loures, a Assembleia Municipal de Loures, presidida pela deputada municipal Susana de Fátima Carvalho Amador, com a presença dos seguintes deputados municipais: -----

PS - Partido Socialista-----

Susana de Fátima Carvalho Amador -----

Daniel Vitorino Bernardo Lima -----

João Pedro Silva Mendes dos Santos Ferreira -----

Tânia Sofia Santos Portela-----

Pedro Manuel Fialho da Costa Lindo-----

Carla Sofia do Carmo Pires -----

João António Leal Cruz Franco -----

Algmar Welker Branco Salomão -----

Eunice Filipa Alexandre Camilo Ramos Proença-----

Inês Falcão da Costa Morgado -----

Isabel Cristina Carapeta Gomes-----

João Filipe de Jesus Pinto-----

Maria Isabel Lopes Afonso Pereira Leitão -----

João Paulo Afonso Barandas-----

Hélio António Magalhães Gonçalves dos Santos (Presidente da Junta de Freguesia de Bucelas)-----

Eugénio Alexandre Ratinho de Oliveira (Presidente da Junta de Freguesia de Loures) ---

Renato Joaquim Alves (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Camarate, Unhos e Apelação)-----

Ricardo Jorge Monteiro Lima (Presidente Junta de Freguesia da União das Freguesias de Moscavide e Portela) -----

Carlos Manuel Alves Gonçalves (Presidente Junta de Freguesia da União das Freguesias de Sacavém e Prior Velho) -----

Samuel David dos Santos Saldanha (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Santa Iria de Azóia, São João da Talha e Bobadela)-----

Jorge Daniel Sousa Moreira da Silva (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Santo António dos Cavaleiros e Frielas) -----

CH - Chega-----

Luís Filipe Pereira Direitinho-----

Ana Margarida Dias Raimundo Guerreiro -----
Aquilino José Marques Ventura-----
António José Mendes Firmino-----
Inês Carvalho dos Santos -----
Duarte Miguel Monge Correia-----
Luís António Gomes Rainho-----
Sandra Maria Cardoso Mota Pastor-----

PPD/Partido Social Democrata-----

Rui Miguel Paiva Lopes Pinhel-----
Sara Raquel Bordalo Gonçalves -----
João Maurício Pereira -----
Catarina Alexandra Soares Lopes-----
Bernardo Matias Barbosa -----
Lino Manuel Gomes Franco (Presidente da Junta de Freguesia de Lousa)-----

CDU – Coligação Democrática Unitária-----

Bruno Alexandre Caçador Simão -----
Acardyo Kedy Santos Nazaré da Trindade -----
Élio Alexandre Capricha Matias -----
Ricardo José Batista da Silva -----
Jorge Manuel Duarte Simões (Presidente da Junta de Freguesia de Fanhões) -----
José Júlio dos Santos Pinto (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Santo Antão e São Julião do Tojal) -----

BE - Bloco de Esquerda-----

Rita Lage Sarrico-----

IL – Iniciativa Liberal-----

Tiago Filipe Jorge da Silva -----

--- Concluída a chamada, com a presença de 43 deputados municipais e verificada a existência de quórum, a Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberta a reunião.

PERÍODO PRÉVIO-----

- No início da sessão, a Presidente da Assembleia Municipal, deu conhecimento que a sessão estava a ser gravada e transmitida em direto pelo canal Youtube da Câmara Municipal de Loures. -----

- A Presidente da Assembleia Municipal, deu também conhecimento da correspondência recebida desde o dia vinte e cinco de setembro até ao dia vinte e seis de novembro de dois mil e vinte cinco, cuja listagem foi facultada a todos os deputados municipais e disponibilizada na plataforma da respetiva Ordem do Dia da sessão. -----

--- Foi informado que deram entrada na Mesa seis (6) requerimentos, os quais, nos termos regimentais aplicáveis (de acordo com o n.º 2 e n.º 3 do artigo 17.º) foram remetidos ao Executivo Municipal para competente resposta. -----

Os requerimentos solicitam informação sobre: -----

- Cheias no Bairro de São Francisco, em Camarate, apresentado pela CDU; -----
- IVA impede a conclusão da construção da ERPI - Casa das Oliveiras Pares 3.0, apresentado pelo CH;-----
- Contratos com empresa We.advise Assessores e Consultores, Unipessoal Lda., apresentado pelo CH;-----
- Inundações recorrentes na Rua Eça de Queiroz (Bairro de São Francisco, Camarate), apresentado pelo BE;-----
- Demolições no antigo Quartel de Sacavém sem acompanhamento arqueológico, apresentado pelo BE; -----
- Atraso no processo de adjudicação da Linha Violeta do Metro de Lisboa, apresentado pelo BE. -----

- Em virtude da mudança das forças políticas e até revisão do Regimento da Assembleia Municipal, foi acordado na última conferência de líderes, realizada em 20 de novembro de 2025, os seguintes tempos de intervenção consignados às forças políticas com assento na Assembleia Municipal, no “PAOD – Período de Antes da Ordem do Dia”: -----

PS - 18 minutos -----

CH - 12 minutos-----

PPD/PSD - 7,30 minutos -----

CDU - 7,30 minutos -----

BE - 3 minutos-----

IL - 3 minutos-----

Câmara Municipal de Loures - 9 minutos-----

- Tendo a Mesa da Assembleia Municipal apresentado a proposta a vigorar no mandato em curso e colocada a votação, a mesma foi aprovada por unanimidade, com 38 presenças.-----

Tiveram lugar as seguintes tomadas de posse: -----

- Isabel Cristina Carapeta Gomes (PS) -----

- João Paulo Afonso Barandas, em substituição de Miguel Nuno Pedro Cardoso Matias (PS)-----
- Catarina Alexandra Soares Lopes, em substituição de Jorge Manuel Lopes Antunes (PPD/PSD)-----
- Bernardo Matias Barbosa, em substituição de Armando Manuel Pedroso Militão (PPD/PSD)-----
- Élio Alexandre Capricha Matias, em substituição de Tânia Cristina Mateus Costa (CDU)
- Ricardo José Batista da Silva, em substituição de Maria de Fatima Amaral (CDU). -----

- Seguidamente, a Presidente da Assembleia Municipal, colocou à votação as atas, dando nota que quem não esteve nas respetivas reuniões, não participava na votação:

Aprovação da ata n.º 76 (Sessão realizada em 29.04.2025) - APROVADA POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR UNANIMIDADE, SENDO QUE OS REPRESENTANTES QUE NÃO ESTIVERAM PRESENTES NESSA SESSÃO NÃO PARTICIPARAM NA VOTAÇÃO – 43 PRESENÇAS.-----

Aprovação da ata n.º 77 (Reunião realizada em 08.05.2025) - APROVADA POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR UNANIMIDADE, SENDO QUE OS REPRESENTANTES QUE NÃO ESTIVERAM PRESENTES NESSA REUNIÃO NÃO PARTICIPARAM NA VOTAÇÃO – 43 PRESENÇAS.-----

Aprovação da ata n.º 78 (Sessão realizada em 29.05.2025) - APROVADA POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR UNANIMIDADE, SENDO QUE OS REPRESENTANTES QUE NÃO ESTIVERAM PRESENTES NESSA SESSÃO NÃO PARTICIPARAM NA VOTAÇÃO – 43 PRESENÇAS.-----

Aprovação da ata n.º 79 (Sessão realizada em 26.06.2025) - APROVADA POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR UNANIMIDADE, SENDO QUE OS REPRESENTANTES QUE NÃO ESTIVERAM PRESENTES NESSA SESSÃO NÃO PARTICIPARAM NA VOTAÇÃO – 43 PRESENÇAS.-----

Aprovação da ata n.º 80 (Reunião realizada em 03.07.2025) - APROVADA POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR UNANIMIDADE, SENDO QUE OS REPRESENTANTES QUE NÃO ESTIVERAM PRESENTES NESSA REUNIÃO NÃO PARTICIPARAM NA VOTAÇÃO – 43 PRESENÇAS.-----

Aprovação da ata n.º 83 (Sessão realizada em 25.09.2025) - APROVADA POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR UNANIMIDADE, SENDO QUE OS REPRESENTANTES QUE NÃO

ESTIVERAM PRESENTES NESSA SESSÃO NÃO PARTICIPARAM NA VOTAÇÃO – 43 PRESENCAS.-----

Aprovação da ata da 1ª Reunião de Funcionamento (Reunião realizada em 06.11.2025)

- APROVADA POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR UNANIMIDADE, SENDO QUE OS REPRESENTANTES QUE NÃO ESTIVERAM PRESENTES NESSA REUNIÃO NÃO PARTICIPARAM NA VOTAÇÃO – 43 PRESENCAS.-----

- Terminado o “Período Prévio”, deu-se início ao “Período de Antes da Ordem do Dia”.-

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

- A Presidente da Assembleia Municipal, informou que deram entrada na Mesa sete (7) documentos. Os documentos foram sujeitos a admissão, tendo os mesmos sido admitidos por unanimidade e posteriormente colocados a discussão e votação. -----

- Pelo deputado municipal Bruno Alexandre Caçador Simão (CDU), foi apresentado um **Voto de Pesar intitulado “Pelo falecimento de Fernando Vaz”**. (Doc. 1) -----

- Sobre o documento intervieram: -----

- Rita Lage Sarrico (BE), transmitiu em nome do Bloco de Esquerda, mas também em nome pessoal e como sacavenense, querer deixar as condolências à família de Fernando Vaz e ao PCP, mencionando que gostaria de se associar ao Voto de Pesar. -----

- Carlos Manuel Alves Gonçalves (Presidente Junta de Freguesia da União das Freguesias de Sacavém e Prior Velho), solicitou à CDU que permitisse que ele se associasse ao Voto de Pesar porque teve o gosto de trabalhar muito próximo com o Fernando Vaz e porque era uma pessoa ativa no movimento associativo, pelo que se devia reconhecer o trabalho prestado por aquele grande homem.-----

- João António Leal Cruz Franco (PS), transmitiu que a bancada do Partido Socialista, associava-se também ao Voto de Pesar pelo falecimento de Fernando Vaz, informando que iriam expressá-lo através da votação favorável do documento. -----

- Não havendo mais pedidos de inscrição para intervenção, passou-se à votação: -----

– APROVADO POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR UNANIMIDADE, COM 43 PRESENCAS. FOI CUMPRIDO UM MINUTO DE SILÊNCIO EM MEMÓRIA DO FALECIDO. -----

- A Presidente da Assembleia Municipal de Loures, informou que por uma questão também de conexão de propostas e para não estarem a fazer debates descontinuados, porque o documento 3 era sobre a questão da violência contra as mulheres, solicitou que o documento 2 do CH, o documento 4 do PSD e o documento 6 do PS, pudessem ser discutidos em simultâneo, uma vez que a matéria e o objeto das moções eram idênticos.-----

- Pelo deputado municipal Duarte Miguel Monge Correia (CH), foi apresentada uma **Moção intitulada “Pelos 50 anos do 25 de novembro de 1975”**. (Doc. 2)-----

- Pelo deputado municipal João Maurício Pereira (PPP/PSD), foi apresentada uma **Moção intitulada “Reafirmação do Legado Democrático e Reformista do 25 de novembro”**. (Doc. 4)-----

- Pelo deputado municipal João António Leal Cruz Franco (PS), foi apresentada uma **Moção intitulada “25 de novembro de 1975”**. (Doc. 6)-----

- Sobre os três documentos intervieram:-----

- Rita Lage Sarrico (BE), afirmou que estavam a discutir três documentos ao mesmo tempo, mas que se tratavam de três documentos diferentes, com redações bastante distintas e com pontos deliberativos igualmente variados. A sua resposta não seria diretamente aos três documentos, mas, dado o pouco tempo, não conseguiria elaborar uma resposta completa para todos. Contudo, essa resposta referia-se a uma insistência das "velhas novas direitas" em tentar transformar o 25 de Novembro numa data fundadora da democracia. Mencionou que essa era uma tática conhecida: quando não conseguiam apagar o 25 de Abril, tentavam amputar-lhe o sentido, contudo, nunca conseguiriam apagar que o direito ao voto, os sindicatos livres, a liberdade de imprensa, o direito à greve e as eleições democráticas nasceram um ano e meio antes, como fruto direto da Revolução do 25 de Abril. Destacou que o 25 de Novembro não fundou a democracia, mas que a democracia era filha da revolução, de um povo que saiu às ruas, organizou-se, conquistou direitos e tomou o futuro em suas mãos. Referiu que Abril não era apenas passado ou presente, mas um projeto: viver plenamente, decidir o próprio futuro, ter habitação, escola pública, cultura, serviços públicos fortes, igualdade e liberdade real. Abril representava uma participação plural e o poder do povo, e não o poder contra o povo. Defender Abril era defender o que melhora a vida de todos, como a justiça social, os direitos laborais, a igualdade e serviços públicos que garantam dignidade. Concluiu, com um viva ao 25 de Abril, viva à democracia e fascismo nunca mais.-----

- Tiago Filipe Jorge da Silva (IL), saudou o tema tratado em relação aos três documentos, mas mencionou que, no documento do Chega (doc. 2), havia um parágrafo que começava com a expressão "É, à luz deste legado, ..." que misturava o 25 de Novembro com a situação judicial em torno do Chega, sobre a sua possível ilegalização, o que nada tinha a ver e que pouco dignificava também o 25 de Novembro. Por essa razão, propôs ao Chega que retirasse esse parágrafo, pois não se relacionava com a data e seu simbolismo.-----

- Luís Filipe Pereira Direitinho (CH), mencionou que não havia nenhuma confusão e, transmitiu que aceitavam a proposta de retirar aquele parágrafo, pois em nada prejudicaria ou contrariaria o espírito e os objetivos da apresentação da moção. -----
Contudo, destacou a importância de esclarecer que não havia confusão alguma e argumentou que quem ouviu a intervenção da deputada Rita Sarrico percebeu essa situação, pois aquilo que Abril trouxe consolidou-se. Ninguém havia dito que o 25 de Novembro substituiria o 25 de Abril, e o CHEGA sempre foi claro e objetivo nessa mensagem. O recetor poderia interpretar como quisesse, mas, em nenhum momento, a comemoração dessa data teve o propósito de substituir outras datas posteriores. Assim, a ideia era exatamente essa: muitas vezes, tentava-se travar batalhas judiciais dentro do espírito daqueles que alegam e aclamam o 25 de Novembro. -----

- Bruno Alexandre Caçador Simão (CDU), informou que reservariam o essencial para a declaração de voto que fariam em comum aos três documentos, mas saudou a intervenção da Rita Sarrico, pois isso isentava-o de dizer muitas coisas sobre esse ponto e abria-lhe espaço para abordar outro assunto. Destacou que não era fácil fazer a exegese dos três textos apresentados, nem os conciliar historicamente. -----
Referiu que, sobre a mesma data, o Chega apresentava como herói Jaime Neves, uma figura manchada por um dos maiores massacres em Moçambique, na província de Tete, onde quase um terço da população foi chacinada indiscriminadamente, incluindo mulheres, crianças e idosos. Questionou como alguém com tal currículo poderia ser considerado o arauto de qualquer tipo de liberdade ou democracia. -----
Continuando, ele mencionou que o PSD, no mesmo momento histórico, fazia uma leitura diferente, elegendo como heróis Ramalho Eanes, que foi Presidente da República no segundo mandato com o apoio do PCP, e que o comunismo parecia não ter acabado com o 25 de Novembro. Ele apontou que Soares teria sido o vencedor civil dessa data, e surpreendeu-se ao lembrar que Sá Carneiro, no dia 25 de Novembro, estava em Bona num encontro com Villy Brante e Helmut Schmidt, ainda a disputar a sua entrada na Internacional Socialista.-----

Por outro lado, o PS apresentava um texto deliberadamente equívoco em algumas formulações, embora cauteloso, pois não embarcava necessariamente no caminho que

a direita mais revanchista procurava seguir, mas também omitia informações. Concluiu que, se não conhecesse nada sobre a base do 25 de Novembro, teria dito que o evento foi um golpe organizado por um grupo de anarquistas, que, após o golpe, foram cada um para casa escrever as suas conclusões divergentes. -----

Realçou que cada um dos textos procurava o que eles rejeitavam: uma reescrita da história, em alguns casos, um ajuste de contas com o passado e, de forma mais grave, um ataque frontal ao 25 de Abril e ao que ele representa. Afirmou que nem as referências a Abril em alguns dos textos poderiam levá-los a olhar para eles com a benevolência que qualquer democrata deveria ter. Para terminar, citou Shakespeare, lembrando que, como disse em "O Mercador de Veneza", *até o diabo cita as escrituras quando isso lhe convém*.-----

- Rui Miguel Paiva Lopes Pinhel (PPD/PSD), disse que responderia da mesma maneira que o camarada do PCP também respondeu uma vez num dos mais conhecidos debates da televisão portuguesa: *olhe que não*. Além disso, acrescentou que, se não fosse o 25 de Novembro, na verdade seria um "olhe que sim". Ao falar-se sobre Francisco Sá Carneiro, mencionou que se lembrava de um homem que fundou um partido democrático, um partido que construiu Portugal, e que a par do PS, ajudou a edificar o país. Destacou que foram o segundo partido mais votado antes do 25 de Novembro, ou seja, referia-se a alguém que inspirou o povo, alguém que fez com que o próprio povo não permitisse a revolução que eles desejavam. Afirmou que Francisco Sá Carneiro merecia reconhecimento e era um dos responsáveis pela democracia em Portugal, assegurando que não havia dúvidas sobre isso. -----

- A Presidente da Assembleia Municipal de Loures, mencionou que também teve a utopia de pensar que era possível fazerem alguma fusão dos textos, mas quando os leu, percebeu que eram inconciliáveis e representavam, de facto, visões diferentes da história e daquilo que aconteceu, pelo que não era possível essa fusão.-----

- João António Leal Cruz Franco (PS), fez um pedido de esclarecimento, questionando se foi efetivamente retirada da moção do Chega, a questão da ilegalização do partido.-----

- A Presidente da Assembleia Municipal de Loures, esclareceu que o senhor deputado municipal Luís Direitinho, tinha aceite a supressão do parágrafo.-----

- Não havendo mais pedidos de inscrição para intervenção, passou-se à votação da Moção apresentada pelo CH (Doc. 2): -----

- REJEITADA POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR MAIORIA, COM 15 VOTOS A FAVOR (8 CH, 6 PPD/PSD E IL) E 28 VOTOS CONTRA DOS RESTANTES REPRESENTANTES (21 PS, 6 CDU E BE) - 43 PRESENCAS.-----

- Foram proferidas as seguintes declarações de voto:-----

- Rui Miguel Paiva Lopes Pinhel (PPD/PSD): *A bancada do Partido Social Democrata, em nome do reconhecimento da importância inquestionável do 25 de Novembro de 1975, para a construção e consolidação da democracia em Portugal e partilhando o valor que esta data representa para a liberdade e o pluralismo no nosso país, votou favoravelmente a presente moção, reafirmando mais uma vez esta data, como o marco de estabilização que permitiu o triunfo da moderação e da legalidade democrática após um período de grande instabilidade. Contudo, não podemos deixar de assinalar com alguma apreensão e lamento, que esta data que deveria ser o momento de união e de celebração dos valores democráticos que a todos nos congregam, seja utilizada neste momento de forma a fomentar a divisão e a polarização.*-----

O 25 de Novembro, tal como o 25 de Abril, pertence a todos e deve ser recordado por todos, como um pilar da nossa história democrática, acima de quaisquer interesses partidários. Lamentamos que a oportunidade de realçar a concórdia e o espírito construtivo em torno de um evento tão significativo, seja por vezes transformada numa arma de arremesso político. A defesa da democracia e dos seus princípios exige vigilância permanente, mas também o compromisso com o respeito mútuo e a valorização do que nos une e não daquilo que nos separa.-----

A bancada do PSD fiel à história do nosso partido, reitera o firme compromisso com a defesa intransigente da democracia, do pluralismo e do respeito pela liberdade. Valores que foram assegurados e cimentados em 25 de Novembro de 1975 e contribuirá para que o debate em torno desta data, promova a coesão nacional, ao invés da fragmentação. Votámos a favor da moção, mas deixamos o apelo para que o respeito, o espírito de união prevaleça sempre na celebração deste grande marco da nossa história democrática.-----

- João António Leal Cruz Franco (PS), proferiu uma declaração de voto, que foi entregue por escrito e fica apensa à presente ata. (Doc.8)-----

- Seguidamente, passou-se à votação da Moção apresentada pelo PPD/PSD (Doc. 4): ---
(PPP/PSD):-----

- APROVADA POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR MAIORIA, COM 15 VOTOS A FAVOR (8 CH, 6 PPD/PSD E IL), 21 ABSTENÇÕES DO PS E 7 VOTOS CONTRA DOS RESTANTES REPRESENTANTES (6 CDU E BE) - 43 PRESENCAS.-----

- Pelo deputado municipal João António Leal Cruz Franco (PS), foi proferida uma declaração de voto, que foi entregue por escrito e fica apensa à presente ata. (Doc. 9) -

- De seguida, passou-se à votação da Moção apresentada pelo PS (Doc. 6): -----

- **APROVADA POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR MAIORIA, COM 28 VOTOS A FAVOR (21 PS, 6 PPD/PSD E IL) E 15 VOTOS CONTRA DOS RESTANTES REPRESENTANTES (8 CH, 6 CDU E BE) - 43 PRESENCAS.**-----

- Pelo deputado municipal Bruno Alexandre Caçador Simão (CDU), foi proferida uma declaração de voto conjunta, alusiva aos três documentos apresentados sobre o 25 de Novembro, a qual foi entregue por escrito e fica apensa à presente ata. (Doc. 10)-----

- À semelhança do sucedido com os três documentos anteriores e por se referirem à mesma temática, a Presidente da Assembleia Municipal, colocou os documentos 3 e 7 a discussão conjunta. -----

- Pela deputada municipal Rita Lage Sarrico (BE), foi apresentado um **Voto de Saudação intitulado “Ao Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres (25 de novembro)”**. (Doc. 3)-----

- Pelo deputado municipal Acardyo Kedy Santos Nazaré da Trindade (CDU), foi apresentado um **Voto de Saudação intitulado “À realização de iniciativas alusivas ao Dia Internacional pela Eliminação das Violências sobre as Mulheres”**. (Doc. 7)-----

- Sobre o documento intervieram: -----

- Catarina Alexandra Soares Lopes (PPD/PSD), fez uma intervenção que aquando a votação do Voto de Saudação apresentado pelo Bloco de Esquerda, solicitou que constasse enquanto declaração de voto. (pág. 13)-----

- Luís Filipe Pereira Direitinho (CH), fez uma intervenção que aquando a votação do Voto de Saudação apresentado pelo Bloco de Esquerda, solicitou que constasse enquanto declaração de voto. (pág. 12)-----

- Bruno Alexandre Caçador Simão (CDU), sobre o documento do Bloco de Esquerda, mencionou que não acompanhavam a saudação à marcha pelo fim da violência contra as mulheres, devido ao facto de que a marcha não inclui nos seus objetivos a condenação da prostituição, que é uma das formas mais graves de violência contra as

mulheres. Pelo exposto, solicitou a retirada apenas dessa referência, comprometendo-se a acompanharem o restante do texto. -----

Em relação às considerações feitas sobre a proposta da CDU, reconheceu que um dos locais onde a discriminação e a violência contra as mulheres ainda ocorrem, infelizmente, no seu país, é no ambiente de trabalho. As mulheres são as principais vítimas de assédio moral e outros tipos de assédio nesse contexto. Além disso, a diferença salarial entre homens e mulheres em funções idênticas persiste em muitas empresas. Essa diferença salarial não é mais grave apenas porque, felizmente, na administração pública, tanto nacional quanto local, o direito à igualdade salarial é respeitado para homens e mulheres em funções e categorias equivalentes. É evidente que a fragilização das relações laborais e a precariedade laboral, que se acentuam nas relações de trabalho, tornarão essas relações mais desiguais e desequilibradas, afetando primariamente as mulheres. Muitos dos problemas que se deseja combater serão, sem dúvida, agravados por essa situação de precarização. Além disso, não se trata de partidização, mas sim de política, de uma opção política, da visão política dos problemas e da análise política das soluções. Não há nenhum problema com a palavra "política" ou com a opção política, assim como não há problema algum com a concepção ideológica. Isso é o que há de mais nobre nas suas ações e naquilo que realizam. -----

Ele afirmou que, por isso, não acompanhavam, obviamente, a crítica que o PSD fazia a ao texto. Em relação ao Chega, disse conhecer as concepções retrógradas que tinham sobre a mulher e seu papel na sociedade, e não esperava, de forma alguma, que isso se refletisse de qualquer maneira no texto que a CDU apresentou.-----

- Rita Lage Sarrico (BE), em prol da união em torno do verdadeiro objetivo do documento, questionou ao PSD qual era o problema com a palavra feminismo e que palavra usariam para substituir, além de pedir que identificassem qual o parágrafo ou expressão onde estaria indicada qualquer apropriação partidária. -----

Em resposta ao Chega, disse ter pena por não ter mais tempo para responder, mas afirmou que tem muito orgulho na sua identidade de género e, como não é transfóbica, não aceitaria a proposta do Chega e também não aceitaria, por motivos diferentes, a proposta de alteração da CDU.-----

- Inês Falcão da Costa Morgado (PS), afirmou que o Partido Socialista iria acompanhar aqueles votos de saudação, tanto o do Bloco de Esquerda quanto o da CDU, pelas razões que também detalhariam em declaração de voto, que seria conjunta para ambas as saudações. Sem deixar de atender às razões apresentadas pela bancada do Chega e do PSD, relativas a questões ideológicas que se acham marcadas, tanto num quanto em outro texto, razões que aceitaram como válidas. Não poderiam genericamente deixar de abraçar a importância daquela data e do Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres, que é um problema que, infelizmente, assola o país e

aparece nos ecrãs diariamente. Não poderiam de forma alguma ficar indiferentes a esse flagelo e nunca seria demais reforçar a importância de dar voz às mulheres e de condenar a violência que sobre elas é exercida. -----

- Tiago Filipe Jorge da Silva (IL), fez uma intervenção que aquando a votação do Voto de Saudação apresentado pelo Bloco de Esquerda, solicitou que constasse enquanto declaração de voto. (pág. 14)-----

- Não havendo mais pedidos de inscrição para intervenção, passou-se à votação do documento apresentado pelo BE (Doc. 3): -----

- **APROVADO POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR MAIORIA, COM 21 VOTOS A FAVOR (20 PS E BE), 12 ABSTENÇÕES (6 PPD/PSD E 6 CDU) E 9 VOTOS CONTRA DOS RESTANTES REPRESENTANTES (8 CH E IL) - 42 PRESENCAS.**-----

- Seguidamente, passou-se à votação do documento apresentado pela CDU. (Doc. 7) ---

- **APROVADO POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR MAIORIA, COM 27 VOTOS A FAVOR (20 PS, 6 CDU E BE), 7 ABSTENÇÕES (6 PPD/PSD E IL) E 8 VOTOS CONTRA DO CH - 42 PRESENCAS.** -----

- Foram proferidas as seguintes declarações de voto:-----

- Luís Filipe Pereira Direitinho (CH), solicitou que a sua intervenção anterior, fosse convertida em declaração de voto: *Como já foi espelhado em outros locais, nós, de fato, repudiamos qualquer tipo de violência contra as Mulheres, e isso acho que é um desiderato que é de todos nós. É preciso, de fato, serem adotadas políticas que possam precisamente permitir que a mulher tenha o lugar que deve ter de destaque na sociedade e isso é claro e inequívoco para toda a gente. No entanto, relativamente à questão do documento do Bloco de Esquerda, relativamente ao parágrafo da segunda folha, onde começa com acresce e termina com interseccionais, eu de fato diria que nós devíamos era neste parágrafo focarmos nas Mulheres mais pobres e com deficiência, porque precisamente são aqueles dois setores, ainda há relativamente pouco tempo houve um programa televisivo onde fazia esta análise, que de fato, há um grave acesso das pessoas com deficiência, independentemente do sexo, por exemplo, ao mercado de trabalho e pessoas com altos graus de estudos, até muito mais do que aqueles que eu tenho, portanto por aí, em vez de estarmos constantemente com a mesma retórica, lésbicas, bissexuais, até para o Chega, é claro, só há dois géneros, há o homem e há a mulher. Para nós não há dúvidas. Depois, temos também a questão do fortalecimento do investimento do sistema nacional de saúde, garantindo direitos sexuais e reprodutivos.*

Toda a gente sabe a forma como o sistema nacional de saúde está. Estarmos a querer priorizar este tipo de coisas, também não nos parece sensato e em função desta situação, não vou propor à deputada Rita para retirar da proposta, porque isso naturalmente alteraria aquilo que era o nosso sentido de voto. Portanto, se permanecer, o nosso voto será contra. No caso da CDU, é mais do mesmo. Já nos habituou a que numa análise preliminar do documento tenderíamos até a apoiá-lo, naquilo que é os seus considerandos iniciais. No entanto, à medida que vamos percorrendo no texto, verificamos que a mesma, como é apanágio, tem uma carga ideológica bastante significativa, nomeadamente quando falam na questão do próprio rejeição do pacote, quando vocês têm obrigação de saber, estamos numa fase de anteprojecto e nada está fechado. Portanto, parece-me também que aqui estamos a desvirtuar um bocadinho aquilo que é, de fato, a preocupação que deve ser de todas, por exemplo, e falando num caso muito concreto e que me é muito particular, aliás, que é em situações do crime, violência doméstica, ter-se a capacidade de se retirar a vítima de ao pé do agressor, que nem sempre é possível, numa lógica de agilização daquilo que são as medidas de coacção em sede de código do processo penal. Portanto, são estas e outras medidas que nos devem unir a todos e não estas questões que são aqui trazidas nestes dois documentos.

- Eunice Filipa Alexandre Camilo Ramos Proença (PS), proferiu uma declaração de voto, a qual foi entregue por escrito e fica apensa à presente ata. (Doc. 11) -----

- Catarina Alexandra Soares Lopes (PPD/PSD), solicitou que a sua intervenção, fosse convertida em declaração de voto: *O Dia Internacional da eliminação da violência contra as Mulheres é uma data que diz muito ao PSD, diz muito a todas as Mulheres, diz muito a todas as Mulheres que foram, que são ou que conhecem vítimas de violência doméstica, não obstante a importância deste dia, o documento apresentado causa-nos algumas reservas e estas reservas existem devido à excessiva carga ideológica que é colocada nos dois documentos e que em nada contribui para a união nacional no combate à violência doméstica. Foram aplicados termos como políticas feministas interseccionais, política externa feminista, no documento do Bloco de Esquerda, o documento da CDU refere também a necessidade da rejeição do pacote laboral pela violência que exerce sobre as Mulheres. Enfim, foram aplicados alguns termos que desvirtuam aquilo que deveria ser este dia e esta data, ferem a própria data e, de certa forma, também as Mulheres vítimas de violência doméstica. Aquilo que nós temos que garantir é que trabalhamos juntos em mecanismos de protecção reais, em melhorar a coordenação institucional e em fortalecer aquilo que é o apoio às vítimas. Um bom exemplo disso, foi aquilo que aconteceu esta semana no Parlamento, em que foi aprovada o alargamento do programa Porta 65 para Mulheres vítimas de violência doméstica. Esta proposta foi aprovada por unanimidade e representa um exemplo daquilo que deve ser feito por todos nós e que não desvirtua de todo esta temática. Esta*

causa exige responsabilidade, exige rigor, exige soluções concretas e não uma apropriação partidária de um tema que deve mobilizar toda a sociedade. Defender as Mulheres não é um exercício de propaganda, é um exercício sim e é um compromisso do Estado e é um compromisso de todos nós. -----

- Tiago Filipe Jorge da Silva (IL), solicitou que a sua intervenção, fosse convertida em declaração de voto: *Quando estava a ler estes documentos em casa, foi um bocadinho como os meus vizinhos do lado do PSD. O sentimento que tive, foi que realmente é um tema com bastante importância. Acho que todos concordamos com isso. Contudo, a carga ideológica presente em ambos os documentos, nomeadamente com o pacote laboral, mas depois também com algumas expressões, e não só aquelas que o PSD apontou, mas outras que eu também tenho aqui, mas que não vale a pena agora estar a realçar. Não nos farão acompanhar os projetos, embora reconheçamos naturalmente a importância deste tema. Portanto, isto é para ser usado também como a minha declaração de voto.* -----

- Pelo deputado municipal João Pedro Silva Mendes dos Santos Ferreira (PS), foi apresentado um Voto de Saudação intitulado **“128º aniversário dos Bombeiros Voluntários de Sacavém – Dedicção e espírito de missão”**. (Doc. 5) -----

- Não havendo pedidos de inscrição para intervenção, passou-se à votação: -----

- **APROVADO POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR UNANIMIDADE, COM 41 PRESENCAS.** --

- Dando continuidade ao PAOD – Período de Antes da Ordem do Dia, após a discussão e votação de documentos, foi dada ainda a palavra a: -----

- Luís Filipe Pereira Direitinho (CH), mencionou que tinha três questões que gostaria de colocar ao Executivo. A primeira estava relacionada com a questão da ERPI da Casa das Oliveiras. Explicou que, de facto, houve uma decisão do Supremo Tribunal Administrativo, em vinte e seis de março do corrente ano, que abriu um precedente grave no que diz respeito à cobrança do IVA, especialmente em relação a empreitadas e, em particular, a obras realizadas em áreas de reabilitação urbana que não tinham uma operação de reabilitação urbana previamente aprovada. Deu nota que isso já estava a ter implicações práticas na interpretação jurídica por parte do tribunal, culminando na comunicação feita em vinte e um de outubro pela CURPI. -----

Afirmou que as perguntas que gostaria de fazer, sem prejuízo do requerimento já realizado para mais detalhes, eram sobre quais as medidas que o Executivo tencionava ou equacionava para precaver essa situação, que não estava contabilizada e que poderia colocar em risco a viabilidade da continuidade da obra. Questionou se se tratava de um

caso isolado ou se haveria outros na mesma situação e, em caso afirmativo, que valores estariam eventualmente a ser estimados.

Comentou que, em relação à questão dos contratos de concessão de baixa tensão, é do conhecimento público que esses contratos estão concessionados à E-Redes. Deu nota que o Governo tem vindo a protelar a prorrogação desses contratos, que terminam no final do ano. Mencionou que tem havido alguma confusão em relação às Portarias para a aprovação das peças tipo, mas gostava de saber qual era o posicionamento do Executivo a esse respeito. Perguntou se o Executivo irá lançar por si só um contrato de concessão ou se irá concorrer numa lógica intermunicipal ou de maior escala, de forma a garantir que não haja aumento das tarifas para os consumidores e que o município consiga extrair o melhor negócio em termos de renda.-----

Por último, referiu que têm chegado diversos relatos, citando o exemplo de Camarate, embora a situação já tenha sido resolvida. Mencionou que, debaixo do IP 7, havia carros abandonados e esgotos abertos, situação que foi corrigida. No entanto, deu nota que, ao passar por outros lugares do Concelho e outras freguesias, verificavam um acúmulo de resíduos resultantes de empreitadas, tanto particulares quanto coletivas, que foram deixados sem qualquer critério. Diante dessa situação, questionou qual era o plano que o Executivo estava a pensar implementar, especialmente em relação à fiscalização dessas situações, e sugeriu que houvesse um aumento no número de contraordenações relacionadas a esse tipo de questões. -----

- A Presidente da Assembleia Municipal, passou a palavra ao Executivo Municipal, para serem prestados esclarecimentos às questões colocadas. -----

- O Presidente da Câmara Municipal, Ricardo Jorge Colaço Leão, solicitou que fosse dada a palavra à senhora Vice-Presidente da Câmara, ao senhor Vereador Nuno Dias e à senhora Vereadora Paula Pula Magalhães. -----

- A Vice-Presidente, Sónia Alexandra da Silva Paixão dos Santos Bernardo Lopes, mencionou que, no que diz respeito à ERPI, especificamente à CURPI de São João da Talha, que está a construir o equipamento Casa das Oliveiras, é um assunto que têm acompanhado com grande atenção e proximidade. Teve a oportunidade, ainda naquela semana, após uma reunião com a direção, de comunicar por escrito que a direção deve rapidamente esclarecer essa questão junto da Autoridade Tributária. Quanto à Câmara, informou que já existem duas declarações da sua parte, referindo-se a um território que é ARU e ORU, com a documentação devidamente entregue. Destacou que há uma questão que precisa ser resolvida na Autoridade Tributária, tanto por parte da CURPI, que é o dono da obra, como também pelo empreiteiro, que foi notificado sobre uma questão que, do seu ponto de vista, requer esclarecimento. -----

Acrescentou que, atualmente existem seis IPSS's a construir equipamentos ao abrigo do mesmo instrumento, do programa de alargamento da rede de equipamentos sociais (PARES), e que a questão deveria ser a mesma, tendo essas entidades feito os devidos pagamentos da percentagem do IVA que lhes é devida.-----

Destacou que, em alguns casos, até mesmo em territórios que não são ARU, algumas instituições estão a pagar o IVA a 23%, e não houve sinalizações de outras situações. Mencionou que a Câmara aprovou um racional de apoio às IPSS's, considerando o valor global da obra em 20%. Contudo, no caso específico da CURPI, surgiu a necessidade de financiamento para um posto de transformação de eletricidade, que a Câmara já tratou. No entanto, salientou que o município não pode atribuir verbas para o pagamento de impostos.-----

Afirmou que há uma questão a ser resolvida diretamente com as entidades competentes, mas que a Câmara está disponível para apoiar no que diz respeito à obra. Também chamou a atenção para o facto de que muitas dessas instituições precisaram juntar os seus capitais próprios, com financiamento vindo de instrumentos como os PARES e PRR, além dos 20% da Câmara, e algumas instituições recorreram a empréstimos bancários. Até onde sabe, a CURPI ainda não precisou de usar esse financiamento bancário que tem aprovado.-----

Expressou confiança de que a conclusão da obra, considerada importante para o Concelho, não está em risco, mas referiu que as responsabilidades devem ser atribuídas a quem de direito, que no caso são a Autoridade Tributária, o Governo, ou o Instituto de Segurança Social, se houver necessidade de mais verbas. Também mencionou com surpresa que no Orçamento de Estado não estava prevista verba para uma nova fase do programa de alargamento de equipamentos sociais, que é necessário tanto para o país quanto para o seu Concelho, conforme noticiado nas últimas notícias. -----

- O Vereador, Nuno Ricardo Conceição Dias, no que diz respeito à questão levantada pelo senhor deputado municipal, informou que, de facto, estão articulados com a AML – Área Metropolitana de Lisboa, inclusive para a elaboração de um contrato de concessão em escala, garantindo assim que não haverá um reflexo imediato nos custos da energia. Além disso, estão a esforçar-se para assegurar, de forma obrigatória e natural, uma qualidade e uma atualização tecnológica que permitam atender às necessidades atuais. A escala poderá facilitar o avanço tecnológico na instalação elétrica, e é isso que estão a desenvolver em conjunto com a AML.-----

- A Vereadora, Paula Alexandra Flora da Costa Magalhães Bernardo, em resposta à questão sobre viaturas abandonadas e RCD's, mencionou que, de momento, existem duas equipas distintas responsáveis pela fiscalização e acompanhamento, tanto dos RCD's quanto das viaturas abandonadas. Destacou que, infelizmente, esse é um problema que afeta muito o Concelho, pois quase diariamente se torna inglório retirar

RCD's e viaturas da rua, já que continuam a aparecer. O município tem investido todos os recursos disponíveis para lidar com essa situação, e isso tem mostrado resultados. Os principais pontos de depósito têm sido limpos, e observou-se uma diminuição no acúmulo de RCD's nos locais identificados. Além disso, realçou que há uma colaboração significativa com a PSP, o que permite que as equipas de fiscalização trabalhem em conjunto para tentar minimizar o problema. -----

- De seguida, a Presidente da Assembleia Municipal deu início ao “Período de Intervenção do Público”. -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (21h00)** -----

--- Neste período, foi informado que existiam três (3) munícipes inscritos, tendo seis minutos para intervir. Realizaram-se as seguintes intervenções: -----

- Mário de Jesus Lopes, apelou a todas as forças políticas que pugnem pelo desenvolvimento socioeconómico, o qual sem o consenso de todos não chegará a bom porto. Referiu que era bom encarar o envelhecimento como um desafio semelhante ao das alterações climáticas. Os idosos têm sido tratados com idadismo ou discriminação por causa da idade, dando como exemplo o facto de serem considerados inaptos para trabalhar ou a recusa dos bancos em emprestar dinheiro. Mencionou que estavam a viver um mundo muito complexo de uma fratura de multilateralismo, uma pluralização global que é muito preocupante para as pessoas, como ele que decidiu a vida a procurar consensos, a unificar critérios, a privilegiar a inclusão de pessoas diferentes. Não iam resolver isso com humanidade na procura do melhor para todos. -----

Mencionou sobre a segurança, que tem notado que o concelho está muito melhor e não havia dúvida nenhuma sobre isso. Questionou como é que se continua a permitir que bicicletas subam ruas e passeios em sentido contrário na via pública. Disse considerar fundamental que deviam começar a multar. Disse esperar uma melhoria no mandato de 2025/2029. -----

Sobre os transportes, a ligação de Loures à linha Violeta é fundamental para todo o meio, e também o descongestionamento do trânsito na Nacional 10. -----

Esperava que no mandato 2025/2029 esses constrangimentos fossem implementados para bem do Concelho. Esperava igualmente na parte desportiva atenção, porque o desporto também tem sido um apanágio no Concelho. A educação também tem tido desenvolvimento e na parte da saúde, disse esperar uma melhoria significativa. O Concelho está no bom caminho. Sobre Moscavide pediu atenção sobre os transportes e que o centro de saúde é bastante bom, na sua opinião, que o frequenta. -----

- João Vladimiro Soares Resa, deu os parabéns à senhora Presidente pela eleição. Apesar de ter tido – 5.000 votos também deu os parabéns ao Executivo pelo resultado. Tiveram 40.000 votos em 160.000, portanto, 25% das pessoas, um quarto das pessoas votaram, os outros 25% não votaram e metade das pessoas absteve-se. Referiu que ia no seu quarto mandato enquanto praticante de cidadania ser vitalício. -----

Em relação à Assembleia Municipal Jovem, questionou de que servirá se lá tiverem alguns jovens como ele, para não terem resposta. Em relação à filmagem nas reuniões da Assembleia e Câmara Municipal, verificou que havia câmaras de filmar novas, devendo ser para fazer alguns grandes planos. -----

Em relação ao 25 de Novembro, deu nota que a senhora Presidente não esteve presente na cerimónia que houve. Não se comemorou os 50 anos de confusão histórica que tem pontas soltas. Disse não se compreender o que aconteceu, as pessoas participaram, mas muitas nunca quiseram falar sobre isso. Questionou se também queriam fazer uma cerimónia das cheias de 67 e também de 75. Morreram centenas de pessoas do Concelho de Loures e essa data não é assinalada. Foi uma tragédia em Loures. No seu entender, aquela comemoração foi um erro. -----

Sobre o endividamento, perguntou quantos anos faltavam pagar com empréstimos e como era a situação no investimento. Perguntou se era fundamental os 40 cêntimos nas portagens da CREL, questionando se os eleitos da Assembleia Municipal se preocuparam com isso, pois aqueles 40 cêntimos eram fundamentais para conseguir resolver os problemas de circulação da zona norte no Tojal, absolutamente essencial. -----

Falou da rua Camilo Castelo Branco, com acesso à Visabeira, em que a estrada tem 48 buracos em 50 metros, questionando como era possível um pequeno troço ter tantos buracos. Por fim, agradeceu por terem colocado a paragem junto ao centro de saúde, mencionando que vale a pena ir ali reivindicar.-----

- Rui Manuel Oliveira Nunes, na qualidade de Presidente da Direção da Associação Portela Viva, para apresentação da recentemente constituída Portela Viva – Associação Cívica e Cultural. Referiu serem uma associação sem fins lucrativos, com sede provisória no Centro Comercial da Portela. Nasceram da iniciativa de um conjunto de cidadãos que querem contribuir para o desenvolvimento cultural, cívico e comunitário da Portela. Trabalham com espírito de abertura, rigor e cooperação institucional. A sua missão é promover a cultura, a cidadania ativa e a participação intergeracional, dinamizar projetos de leitura, divulgação e formação de cinema, música, artes, memória local e debate público, construir parcerias estratégicas e desenvolver iniciativas de interesse público para o Concelho. -----

Os seus projetos estruturantes passam por, em primeiro lugar, procurar criar a biblioteca e mediateca da Portela e clubes de leitura. A biblioteca da Portela foi o ponto de partida de tudo. A ideia fundadora, que mobilizou toda a comunidade. Tinham conhecimento de que será em breve submetida à Assembleia uma petição pública com

mais de 1700 subscritores, número limitado apenas pelo escasso tempo disponível para recolha. A Portela Viva congratula-se com o facto da ideia da biblioteca de portátil, ter obtido reconhecimento nos 5 programas eleitorais para a Assembleia de Freguesia a que tiveram acesso. O primeiro clube de leitura, criado no âmbito da iniciativa por uma biblioteca na Portela, foi lançado no festival literário de Loures e tem tido enorme adesão e funciona graças à generosa cedência de espaço da Associação de Moradores da Portela. Vemos a futura biblioteca e mediateca como um centro de leitura, estudo, programação cultural e encontro comunitário plenamente integrado na vida do Concelho. -----

De seguida, disse que falaria da Portela Viva Cineclube e do Portela Viva Film Fest. O cinema voltou à Portela, não em moldes comerciais, mas como cinema comunitário, formativo e acessível. O Portela Viva CineClube já iniciou a sua atividade com sessões no centro comercial da Portela e está disponível para colaborar com outros espaços, estabelecimentos de ensino, ajudando a formar novos públicos. Começaram por uma programação quinzenal, matinal de sábado e manhãs de domingo, destinada a todas as idades com ciclos temáticos e parcerias com escolas, Cineclubes, Cinemateca e entidades culturais. Pretendem assim contribuir para o aumento da literacia visual através da grande escola que é o cinema. Apostam na formação através de workshops e masterclasses, permitindo aos interessados de todas as idades uma entrada no mundo do cinema e uma aprendizagem nos domínios da escrita de argumento da produção, do registo de imagens e sons da edição e efeito e nas artes visuais mais adiante. -----

Têm a ambição de lançar o Portela Viva Film Fest, um festival Internacional de cinema que coloca a Portela como novo polo cinematográfico reconhecido em Portugal e no estrangeiro. Apresentou também o Portela Viva Music Fest e a Festa Académica do Oriente. O Portela Viva Film Music Fest será um festival pensado para fazer da Portela o novo polo de criação e fruição musical a Oriente, com reconhecimento pela comunidade local, no país e no estrangeiro, com programação centrada em música clássica e músicas do mundo. Será um espaço de diversidade artística, com participação de músicos consagrados e emergentes e fruição cultural acessível. -----

Sobre a Festa Académica do Oriente, disse ser uma iniciativa inédita no Concelho, em parceria com associações de estudantes de instituições com presença em Loures e na zona oriental de Lisboa, nomeadamente a Universidade Europeia, a Universidade de Lisboa, pólo IST, Instituto da Lusofonia, a Escola Superior de Artes Imobiliárias, entre outros. O objetivo é criar um evento cultural e recreativo para estudantes e aproximar o ensino superior e a comunidade. -----

Em quarto lugar, falou do projeto Tertúlias Portela Viva, para debater devagar, sendo um ciclo anual de tertúlias mensais dedicadas ao debate tranquilo, rigoroso e acessível, que ajuda a reconstruir um espaço público de aproximação em rápido declínio, a tartaruga como símbolo a pensar com tempo, com atenção e com profundidade no fundo, sobretudo pensar. Temas mensais para se ter território de entidade, leitura e

literacia, mobilidade, democracia, jardins, europa, energia, ciência, música, cinema, interculturalidade e memória local. As tertúlias serão abertas a todos os cidadãos interessados, moradores ou não, jovens, especialistas, visitantes. Futuramente, haverá integração natural na programação da biblioteca da Portela. -----

Em último lugar, apresentou o Centro Cultural Indústrias Criativas, que serão vontade da Associação Portela Viva, pretendendo promover a criação e construção de um centro cultural e indústrias criativas que responde às necessidades de desenvolvimento cultural da freguesia e do Concelho. Para finalizar, assentou na ideia de comunidade de participação cívica, desenvolvimento cultural e também na convicção de que os projetos conjuntos e as sinergias com outras entidades públicas e privadas terão muito mais impacto do que se trabalharem sós e estavam naturalmente disponíveis para conversar. -----

--- Terminada a intervenção do público, a Presidente da Assembleia Municipal, passou a palavra ao Executivo Municipal, para serem prestados esclarecimentos aos munícipes. -----

- O Presidente da Câmara Municipal, Ricardo Jorge Colaço Leão, começou por agradecer ao senhor munícipe Rui Nunes pela disponibilidade em apresentar a Associação e a pretensão para eventos e iniciativas futuras. Deixou uma sugestão à Associação Portela Viva, mencionando que a Senhora Vice-Presidente da Câmara agendaria uma reunião com eles, na qual ele também faria questão em estar presente, junto com a Junta de Freguesia de Moscavide e Portela, para discutir um conjunto de projetos interessantes, além de outros que estavam na sua agenda. Destacou que, na Portela, têm trabalhado muito com a Associação de Moradores e mencionou um projeto há muito ambicionado, que era a criação de um parque na Portela Norte, onde haveria um auditório e um espaço para diversas atividades. A ideia era utilizar aquele espaço de maneira plena, não se dedicando a uma atividade ou área específica. Expressou que seria um prazer em reunir com a associação, realçando a importância do registo da associação para apoio e futuras parcerias. Reconheceu a relevância do trabalho em cultura, leitura e cidadania ativa no Concelho. -----

Em relação ao senhor munícipe Mário Jesus Lopes, agradeceu mais uma vez pela presença e destacou a questão da segurança viária como uma preocupação que têm tratado. Afirmou que têm atuado tanto na prevenção quanto na punição de quem viola as regras de segurança viária. Mencionou que outras questões, como saúde e mobilidade, também são preocupações que precisam ser debatidas durante o mandato. Quanto ao senhor munícipe João Resa, informou que responderiam posteriormente por escrito às questões levantadas. -----

- Terminado o “Período de Intervenção do Público”, foi dado início ao “Período da Ordem do Dia”. -----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

-----**PONTO UM**-----

Proposta n.º 683/2025 - Autorizar o Conselho de Administração dos Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos dos Municípios de Loures e Odivelas para conceder o apoio financeiro, ou outro, ao CCD - Centro de Cultura e Desporto do Município de Loures – Deliberação do Conselho de Administração dos SIMAR, constante na Proposta n.º 699/2025. (Aprovação nos termos da alínea v) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual).
Proposta da Câmara Municipal. -----

- Não havendo pedidos de inscrição para intervenção, passou-se à votação: -----

- APROVADA POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR MAIORIA, COM 42 VOTOS A FAVOR (21 PS, 8 CH, 6 PPD/PSD, 6 CDU E BE) E 1 VOTO CONTRA DA IL - 43 PRESENCAS.-----

-----**PONTO DOIS**-----

XXVII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses – Eleição do Presidente de Junta de Freguesia e respetivo substituto, em representação do Município. (Eleição nos termos do n.º 2 do artigo 6.º dos Estatutos da ANMP). -----

- A Presidente da Assembleia Municipal informou os nomes indicados pelos partidos políticos:-----

PS – Ricardo Jorge Monteiro Lima, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Moscavide e Portela -----

PSD - Lino Manuel Gomes Franco, Presidente da Junta de Freguesia de Lousa -----

CDU - Jorge Manuel Duarte Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Fanhões -----

- ELEITOS POR ESCRUTÍNIO SECRETO, O PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MOSCAVIDE E PORTELA, RICARDO JORGE MONTEIRO LIMA, COM 19 VOTOS A FAVOR, ENQUANTO EFETIVO E O PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE FANHÕES, JORGE MANUEL DUARTE SIMÕES, ENQUANTO SUBSTITUTO, COM 7 VOTOS A FAVOR. O PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE LOUSA, LINO MANUEL GOMES FRANCO, OBTVEU 5 VOTOS A FAVOR. NESTA VOTAÇÃO HOUVE 6 VOTOS EM BRANCO E 6 VOTOS NULOS – 43 PRESENCAS.-----

-----**PONTO TRÊS**-----

Conselho Municipal de Educação de Loures – Eleição do Presidente de Junta de Freguesia em representação das Freguesias do Concelho. (Eleição nos termos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 57.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, na sua redação atual).-----

- A Presidente da Assembleia Municipal informou os nomes indicados pelos partidos políticos:-----

PS - Samuel David dos Santos Saldanha, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Santa Iria de Azóia, São João da Talha e Bobadela-----

CDU - José Júlio dos Santos Pinto, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Santo Antão e São Julião do Tojal -----

- **ELEITO POR ESCRUTÍNIO SECRETO, O PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SANTA IRIA DE AZÓIA, SÃO JOÃO DA TALHA E BOBADELA, SAMUEL DAVID DOS SANTOS SALDANHA, COM 23 VOTOS A FAVOR. O PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SANTO ANTÃO E SÃO JULIÃO DO TOJAL, JOSÉ JÚLIO DOS SANTOS PINTO OBTVEU 8 VOTOS A FAVOR. NESTA VOTAÇÃO HOUVE 10 VOTOS EM BRANCO E 2 VOTOS NULOS – 43 PRESENCAS.**-----

-----**PONTO QUATRO**-----

Conselho Municipal de Juventude de Loures – Representantes da Assembleia Municipal. (Eleição de acordo com o disposto na alínea b) do artigo 4.º da Lei n.º 8/2009, de 18 de fevereiro, na sua redação atual).-----

- A Presidente da Assembleia Municipal informou os nomes indicados pelos partidos políticos:-----

PS – Isabel Cristina Carapeta Gomes -----

CH – Duarte Miguel Monge Correia -----

PSD – João Maurício Pereira -----

CDU - Acardyo Kedy Santos Nazaré da Trindade -----

BE – Rita Lage Sarrico -----

IL – Tiago Filipe Jorge da Silva -----

- **ELEITOS POR ESCRUTÍNIO SECRETO, ISABEL CRISTINA CARAPETA GOMES, DUARTE MIGUEL MONGE CORREIA, JOÃO MAURÍCIO PEREIRA, ACARDYO KEDY SANTOS**

NAZARÉ DA TRINDADE, RITA LAGE SARRICO E TIAGO FILIPE JORGE DA SILVA, COM 43 VOTOS A FAVOR.-----

-----**PONTO CINCO**-----

Conselho Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais - Eleição de dois (2) representantes das Freguesias do concelho. (Deliberação nos termos da alínea b) do n.º 3 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro, na sua redação atual). -

- A Presidente da Assembleia Municipal informou os nomes indicados pelos partidos políticos:-----

PS - Hélio António Magalhães Gonçalves dos Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Bucelas -----

PSD - Lino Manuel Gomes Franco, Presidente da Junta de Freguesia de Lousa -----

- **ELEITOS POR ESCRUTÍNIO SECRETO, O PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE BUCELAS, HÉLIO ANTÓNIO MAGALHÃES GONÇALVES DOS SANTOS E O PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE LOUSA, LINO MANUEL GOMES FRANCO, COM 36 VOTOS A FAVOR, 6 VOTOS EM BRANCO E 1 VOTO CONTRA - 43 PRESENCAS.** -----

-----**PONTO SEIS**-----

Conselho Municipal do Associativismo – Representantes da Assembleia Municipal. (Eleição de acordo com o disposto no n.º 5 do artigo 5.º do Regulamento deste Conselho).-----

- A Presidente da Assembleia Municipal informou os nomes indicados pelos partidos políticos:-----

PS – João Pedro Silva Mendes Santos Ferreira-----

CH – Ana Margarida Dias Raimundo Guerreiro-----

PPD/PSD – Hugo Fiuza Monteiro Lucena Valadas -----

CDU – Nuno Miguel Rodrigues Soares-----

BE – Hugo Barreiros Andrade-----

IL – Paulo Jorge Pereira Gonçalves -----

- **ELEITOS POR ESCRUTÍNIO SECRETO, JOÃO PEDRO SILVA MENDES SANTOS FERREIRA, ANA MARGARIDA DIAS RAIMUNDO GUERREIRO, HUGO FIUZA MONTEIRO LUCENA VALADAS, NUNO MIGUEL RODRIGUES SOARES, HUGO BARREIROS ANDRADE E PAULO JORGE PEREIRA GONÇALVES, COM 40 VOTOS A FAVOR, 1 VOTO EM BRANCO E 2 VOTOS NULOS – 43 PRESENCAS.**-----

-----**PONTO SETE**-----

Conselho das Condecorações Municipais – Designação dos membros da Assembleia Municipal. (Eleição de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 2.º do Regulamento de Condecorações do Município).-----

- A Presidente da Assembleia Municipal informou os nomes indicados pelos partidos políticos:-----

PS – João António Leal Cruz Franco -----

CH – Luís Filipe Pereira Direitinho -----

PSD – Jorge Manuel Lopes Antunes -----

CDU – Maria de Fátima Amaral -----

BE – Rita Lage Sarrico -----

IL - Tiago Filipe Jorge da Silva-----

- **ELEITOS POR ESCRUTÍNIO SECRETO, JOÃO ANTÓNIO LEAL CRUZ FRANCO, LUÍS FILIPE PEREIRA DIREITINHO, JORGE MANUEL LOPES ANTUNES, MARIA DE FÁTIMA AMARAL, RITA LAGE SARRICO E TIAGO FILIPE JORGE DA SILVA, COM 43 VOTOS A FAVOR.** -----

-----**PONTO OITO**-----

Conselho Municipal para a Inclusão das Pessoas com Deficiência (CMIPD) - Indicação de um/a representante eleito/a pela Assembleia Municipal. (Eleição ao abrigo da alínea b), do n.º 1, do artigo 4.º do Aviso n.º 12649/2025/2, de 16 de maio de 2025). ---

- A Presidente da Assembleia Municipal informou os nomes indicados pelos partidos políticos:-----

PS - Maria Isabel Lopes Afonso Pereira Leitão -----

CDU – Tânia Cristina Mateus Costa -----

- **ELEITA POR ESCRUTÍNIO SECRETO, MARIA ISABEL LOPES AFONSO PEREIRA LEITÃO, COM 25 VOTOS A FAVOR. TÂNIA CRISTINA MATEUS COSTA OBTVEU 8 VOTOS A FAVOR. NESTA VOTAÇÃO HOUVE 9 VOTOS EM BRANCO E 1 VOTO NULO - 43 PRESENCAS.**-----

-----**PONTO NOVE**-----

Conselho Municipal de Saúde – Eleição do Presidente de Junta de Freguesia, em representação das freguesias do concelho. (Deliberação nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro, na sua redação atual). ----

- A Presidente da Assembleia Municipal informou os nomes indicados pelos partidos políticos:-----

PS - Eugénio Alexandre Ratinho de Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de Loures
CDU - José Júlio dos Santos Pinto, Presidente da Junta de Freguesia de Santo Antão e São Julião do Tojal -----

- ELEITO POR ESCRUTÍNIO SECRETO, O PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE LOURES, EUGÉNIO ALEXANDRE RATINHO DE OLIVEIRA, COM 24 VOTOS A FAVOR. O PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SANTO ANTÃO E SÃO JULIÃO DO TOJAL, JOSÉ JÚLIO DOS SANTOS PINTO OBTVEU 7 VOTOS A FAVOR. NESTA VOTAÇÃO HOUVE 9 VOTOS EM BRANCO E 3 VOTOS NULOS - 43 PRESENCAS.---

-----**PONTO DEZ**-----

Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna Municipal – Eleição do Presidente de Junta de Freguesia. (Eleição ao abrigo do disposto na alínea e) do n.º 2 do artigo 157.º do Decreto-Lei n.º 202/2004, de 18 de agosto, na sua redação atual).-----

- A Presidente da Assembleia Municipal informou os nomes indicados pelos partidos políticos:-----

PSD - Lino Manuel Gomes Franco, Presidente da Junta de Freguesia de Lousa -----
CDU - José Júlio dos Santos Pinto, Presidente da Junta de Freguesia de Santo Antão e São Julião do Tojal -----

- ELEITO POR ESCRUTÍNIO SECRETO, O PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE LOUSA, LINO MANUEL GOMES FRANCO, COM 25 VOTOS A FAVOR. O PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SANTO ANTÃO E SÃO JULIÃO DO TOJAL, JOSÉ JÚLIO DOS SANTOS PINTO OBTVEU 9 VOTOS A FAVOR. NESTA VOTAÇÃO HOUVE 8 VOTOS EM BRANCO E 1 VOTO NULO – 43 PRESENCAS.-----

-----**PONTO ONZE**-----

Comissão Municipal de Proteção Civil de Loures – Designação de representante das Juntas de Freguesia do concelho. (De acordo com o disposto na alínea i) do n.º 1 do artigo 41.º da Lei n.º 27/2006, de 3 de julho, na sua redação atual).-----

- A Presidente da Assembleia Municipal informou os nomes indicados pelos partidos políticos:-----

PS - Renato Joaquim Alves, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Camarate, Unhos e Apelação -----

CDU - Jorge Manuel Duarte Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Fanhões -----

- **ELEITO POR ESCRUTÍNIO SECRETO, O PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CAMARATE, UNHOS E APELAÇÃO, RENATO JOAQUIM ALVES, COM 22 VOTOS A FAVOR. O PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE FANHÕES, JORGE MANUEL DUARTE SIMÕES OBTVEU 9 VOTOS A FAVOR. NESTA VOTAÇÃO HOUVE 9 VOTOS EM BRANCO E 3 VOTOS NULOS – 43 PRESENCAS.** -----

-----**PONTO DOZE**-----

- **Comissão Alargada de Proteção de Crianças e Jovens do Concelho de Loures (CPCJ) – Designação de 2 cidadão/ãs eleitor/as.** (Eleição de acordo com o disposto na alínea I) do artigo 17.º da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, e da alínea I) do n.º 2 da Portaria n.º 405/2003, de 19 de maio). -----

- A Presidente da Assembleia Municipal informou os nomes indicados pelos partidos políticos:-----

PS - Andrea Susana Martins da Cruz de Sousa e Brito e Patrícia Filipa dos Santos Ferreira Nunes -----

CDU - Patrícia Isabel Pedrosa Fernandes -----

- **A VOTAÇÃO FOI CONSIDERADA NULA, CARECENDO DE REPETIÇÃO E FICANDO ADIADA PARA A PRÓXIMA SESSÃO.** -----

--- Não havendo mais pedidos de intervenção, a Presidente da Assembleia Municipal, deu por terminada a reunião, passando a palavra ao Primeiro Secretário, para leitura da minuta da ata.-----

- O Primeiro Secretário, Aquilino José Marques Ventura, leu a minuta da ata, a qual foi aprovada por votação nominal e por unanimidade (40 presenças), ficando a mesma arquivada na pasta dos documentos da presente reunião. -----

--- Nesta reunião estiveram presentes por parte do Executivo Municipal, o Presidente da Câmara, Ricardo Jorge Colaço Leão, a Vice-Presidente da Câmara, Sónia Alexandra da Silva Paixão dos Santos Bernardo Lopes, e os Vereadores, Nelson César Gonçalves Batista, Nuno Ricardo da Conceição Dias, Paula Alexandra Flora da Costa Magalhães, Patrícia Isabel Morgado de Almeida, André Filipe Reis Antunes, Vasco António Pinhão Ramos Teles Touguinha e António Manuel Lopes Marcelino. -----

--- Eram vinte e três horas e vinte minutos, quando a Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a reunião.-----

--- A ATA FOI APROVADA POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR UNANIMIDADE, COM 35 PRESENCAS, SENDO QUE 10 REPRESENTANTES NÃO ESTIVERAM PRESENTES NA REUNIÃO A QUE RESPEITA A PRESENTE ATA E NÃO PARTICIPARAM NA VOTAÇÃO. A ATA FOI APROVADA NA REUNIÃO DE DEZANOVE DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS, COM DISPENSA DE LEITURA, DADO TER SIDO PREVIAMENTE DISTRIBUÍDA POR TODOS OS DEPUTADOS MUNICIPAIS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

A ATA É ASSINADA PELO 1.º SECRETÁRIO DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, AQUILINO JOSÉ MARQUES VENTURA, -----

E PELA PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, SUSANA DE FÁTIMA CARVALHO AMADOR,

**Voto de Pesar
pelo falecimento de Fernando Vaz**

Foi com um profundo sentimento de perda e consternação que tomamos conhecimento do falecimento de Fernando Vaz, figura incontornável de autarca e de dirigente associativo do concelho de Loures.

O Fernando Vaz, foi um servidor público empenhado e respeitado.

No exercício dos seus mandatos como autarca, eleito pelo PCP, Partido de que era militante, a sua ação foi sempre guiada por uma profunda dedicação às suas gentes, ao Concelho de Loures e, especialmente, à freguesia de Sacavém. Desempenhou um papel crucial na elevação de Sacavém a Cidade.

Conhecia cada rua, cada problema e cada rosto, e a sua dedicação e sentido de dever são exemplos que perdurarão. O seu legado ficará necessariamente gravado na memória coletiva.

Para além da dimensão política da sua intervenção, a sua faceta de dirigente associativo marcou Sacavém e o Concelho de Loures, mas também a Mina de São Domingos e a ligação especial que une as terras alentejanas e as sacavenenses.

Foi um dinamizador nato, um pilar fundamental na Liga dos Amigos da Mina de São Domingos, na Associação Comunitária de Sacavém e na Associação das Colectividades do Concelho de Loures.

Fernando Vaz foi também dirigente da Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto.

O Fernando estava sempre na linha da frente, com ideias, energia e forte empenho em unir pessoas em torno de objetivos comuns.

A sua paixão era convicção, e o seu empenho, uma força motriz que concretizou sonhos e projetos que hoje usufruímos.

A sua partida deixa um vazio impossível de preencher na vida pública e no tecido associativo de Sacavém e do concelho de Loures.

Que a memória do homem dedicado e generoso que foi e a certeza de uma vida plena de significado e serviço aos outros, lhes sirvam de consolo e conforto.

Obrigado, Fernando, por tudo o que nos deu. Os seus exemplos de cidadania ficarão para sempre connosco.

Que descanse em paz.



CS/

CDU – Coligação Democrática Unitária PCP-PEV



A Assembleia Municipal de Loures, reunida no dia 27 de novembro de 2025, delibera:

Cumprir um minuto de silêncio em memória de Fernando Vaz, endossar as mais sentidas e amigas condolências à sua esposa, filho, familiares e amigos mais próximos, bem como às entidades associativas que integrava e onde participava ativamente.

Loures, 27 de Novembro de 2025

Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Loures

Rejeitada por maioria
28 votos contra - PS, CDU, BE
15 votos favor - CH, PSD, IL



75ª sessão extraordinária
Sessão 27.11.2025
(2)

Exma. Senhora. Presidente
da Assembleia Municipal de Loures
Dr.ª Susana Amador

Moção

Assunto: Moção pelos 50 anos do 25 de novembro de 1975

No dia 25 de novembro de 1975, Portugal viveu um momento decisivo da sua trajetória democrática. Num contexto de imensa instabilidade política, social e militar, o período do chamado Processo Revolucionário em Curso (PREC) marcou uma viragem que permitiu assegurar a autoridade do Estado democrático e libertar o país da tensão crescente entre forças radicais e moderadas. Após o verão quente de 75, o 25 de novembro revelou-se o verdadeiro dia em que Portugal e os portugueses finalmente conquistaram a democracia.

A importância deste dia reside não apenas na sua circunstância imediata, o controlo da crise militar, a reafirmação do mandato democrático das instituições civis, a garantia de que o caminho iniciado na Revolução de 25 de Abril de 1974 continuaria, mas também no seu valor simbólico como momento de estabilização da Democracia portuguesa.

Este ano, como marco do 50º aniversário, o Estado português decidiu dar à data uma assinalável visibilidade institucional, tendo sido aprovada uma Resolução do Conselho de Ministros que determinou a realização das comemorações do cinquentenário e a criação de uma Comissão específica para o efeito. Além disso, pela primeira vez com contornos solenes no Parlamento, a Assembleia da República e o município de Loures assinalaram oficialmente o 25 de Novembro como data de memória democrática, o que



sublinha o seu reconhecimento formal como momento fundacional da estabilidade democrática em Portugal.

Assim, celebrámos o 25 de novembro como um dia de reafirmação dos valores da liberdade, do pluralismo, da legalidade democrática e da convivência cívica. Celebrámos aqueles que, num tempo incerto, defenderam que a abertura de abril não devia transformar-se numa deriva caótica ou autoritária, mas antes num regime democrático plural. Celebrámos o triunfo da moderação, da legalidade, da possibilidade de discussão política livre.

Que este 50º aniversário sirva não só para recordar os acontecimentos de 1975, mas para refletir sobre o nosso presente e futuro, sobre o compromisso coletivo com a democracia, sobre a participação activa dos cidadãos, sobre os espaços de liberdade que construímos e que devemos preservar. Celebremos, com orgulho e responsabilidade, esta data que reafirma que, em Portugal, a liberdade conquistada em abril encontrou o seu firme complemento em novembro.

Celebrar o 25 de novembro é recordar que a democracia tem inimigos, antigos e novos, e que a defesa da liberdade exige vigilância permanente e é da responsabilidade de todos, dar a vida pela mesma.

Atenção

~~É, à luz deste legado, que se torna imperativo afirmar que qualquer tentativa de ilegalização da segunda maior força política de Portugal representa uma afronta direta ao espírito do 25 de abril e do 25 de novembro.~~

Porque ataca o pluralismo democrático e usa o expediente judicial para vencer quem não consegue, pelo voto popular.

Da esquerda totalitária de 1975 às novas formas de autoritarismo cultural, político ou institucional de hoje, todos aqueles que tentem silenciar adversários políticos devem ser combatidos.



Neste dia histórico, relembremos também os heróis de novembro, nomeadamente os Comandos, sob a liderança determinada do Tenente-Coronel Jaime Neves, que impediram que as forças da extrema-esquerda antidemocráticas impusessem, pela força, um regime totalitário de inspiração marxista-leninista, semelhante aos que então vigoravam em Cuba, China, Coreia do Norte ou União Soviética.

O 25 de Novembro foi o momento em que Portugal disse CHEGA ao extremismo e à tentativa de subverter a vontade popular.

Assim, os vereadores do Partido Chega homenageiam, com profundo respeito, todos os militares e civis que garantiram a vitória da liberdade no 25 de Novembro;

Enaltecem a coragem daqueles que impediram que Portugal caísse nas sombras da extrema-esquerda;

Condenam qualquer tentativa de restringir o pluralismo democrático, incluindo iniciativas que pretendam ilegalizar forças políticas legitimadas pelo voto popular; Reafirmam a sua determinação em defender os valores democráticos consagrados na Constituição da República Portuguesa.

25 de Novembro, sempre. Comunismo nunca mais!

A ser aprovada, a presente moção deverá ser remetida a:

S.EXA. o Presidente da República

S.EXA. o Presidente da Assembleia da República

Grupos Parlamentares e DURPs com assento na Assembleia da República

Assembleia Municipal de Loures

Juntas e Assembleias de Freguesia do concelho de Loures



APOIAR – Associação de Apoio aos Ex-combatentes Vítimas do Stress de Guerra

ADFA - Associação dos Deficientes das Forças Armadas

ACUP - Associação Combatentes do Ultramar Português

Liga dos Combatentes

Associação de Comandos

Órgãos de comunicação social nacional e local

Loures, 27 de novembro de 2025

Os Eleitos da bancada do CHEGA, Assembleia Municipal de Loures

Aplausos 114
9 contra - CH + IL
12 abstenções - PSD + CDU
21 favor - PS + BE

7ª sessão extraordinária
27.11.2025
(3)

Bloco de Esquerda



Voto de Saudação ao Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres (25 de novembro)

O 25 de novembro foi instituído pela Organização para as Nações Unidas (ONU) como o dia Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres. E, em Portugal, tem sido assinalado como um dia de alerta e de luta pelos direitos das mulheres.

Ano após ano, os números da violência machista continuam a envergonhar o país, revelando que o perigo para muitas mulheres reside exatamente onde deveriam estar protegidas: dentro de casa. De acordo com a Direção-Geral da Administração Interna, a violência doméstica continua a ser o crime que mais mata em Portugal.

Segundo o Observatório da UMAP, pelo menos 24 mulheres foram assassinadas em 2025, até novembro, sendo a maioria vítimas de femicídio.

Segundo o Relatório da APAV de 2024, 67,8% dos agressores são homens, e, na sua maioria, homens com relação de intimidade com a vítima: maridos, companheiros, namorados ou ex-parceiros.

Ainda segundo o Relatório da APAV de 2024, as mulheres são as principais vítimas de violência em Portugal (76,3%), especialmente em contexto de violência doméstica, e o número de casos tem vindo a aumentar: mais 42,4% do que em 2019.

O problema não é exclusivamente nacional. Na União Europeia, 50 mulheres são assassinadas por semana em situações de violência doméstica. À escala global, a cada 11 minutos, uma mulher é morta por um parceiro íntimo ou familiar. A casa, que deveria ser um refúgio, continua a ser o espaço mais perigoso para milhares de mulheres no mundo.


681

Acréscce que as desigualdades e discriminações multiplicam as formas de violência: as mulheres mais pobres, as mulheres lésbicas, bissexuais e trans, as pessoas não-binárias, as pessoas racializadas, migrantes ou com deficiência enfrentam frequentemente violências múltiplas e agravadas, mostrando que não há justiça social sem políticas feministas e interseccionais.

O combate à violência contra as mulheres exige:

- Políticas públicas interseccionais, eficazes e articuladas;
- Fortalecimento e investimento no Serviço Nacional de Saúde, garantindo os direitos sexuais e reprodutivos;
- Educação pública, inclusiva e científica, livre de preconceitos e discriminação;
- Uma política externa feminista e solidária com as mulheres em todo o mundo.

A Assembleia Municipal de Loures, reunida a 27 de novembro de 2025, saúda as iniciativas do dia 25 de novembro, nomeadamente a Marcha pelo Fim da Violência Contra as Mulheres, e o trabalho diário das associações, organizações não-governamentais, movimentos e serviços sociais do Estado que prestam apoio às mulheres vítimas de violência e lutam pela erradicação da violência na sociedade portuguesa e em todo o mundo.

A eleita do Bloco de Esquerda na Assembleia Municipal de Loures

Loures, 27 de novembro de 2025

Rita Sarrico

Aprovado Tópicos
7 votos - CDU + BE
21 abstenções - PS
15 favor - CH + PSD + IL



7ª Sessão Extraordinária
27.11.2025
(4)

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOURES
Gabinete Deputados PSD

Moção

Reafirmação do Legado Democrático e Reformista do 25 de novembro

O 25 de Novembro de 1975 constituiu o momento determinante na defesa e consolidação da democracia pluralista em Portugal, impedindo a instalação de um regime de inspiração totalitária e reafirmando o caminho para um Estado de Direito plenamente representativo, assente na soberania popular e no respeito pelas liberdades individuais. A ação das Forças Armadas e de personalidades civis com profundo sentido de Estado, incluindo o então General **Ramalho Eanes**, foi crucial para repor a ordem constitucional e o respeito pela vontade popular expressa nas eleições democráticas, num período de grave instabilidade e ameaça de confronto civil.

Esta data preservou o espírito libertador do 25 de Abril, salvaguardando que a revolução não fosse capturada por projetos sectários ou monopartidários que pusessem em causa a pluralidade e a liberdade conquistadas.

Mário Soares, líder do Partido Socialista, teve um papel essencial na afirmação da democracia pluralista ao defender, com firmeza, a liberdade política, o primado das instituições e o respeito pelo voto popular, assumindo-se como uma das vozes mais claras contra qualquer forma de radicalização ou controlo revolucionário.

Francisco Sá Carneiro, fundador e líder do Partido Popular Democrático (futuro PSD), destacou-se pela clareza política e pela coragem cívica com que enfrentou as tentações autoritárias do período revolucionário, contribuindo de forma decisiva para unir forças democráticas em defesa do pluralismo, do Estado de Direito e de um modelo ocidental de sociedade livre.

O entendimento tácito e a convergência democrática entre **Sá Carneiro e Soares**, apesar das diferenças ideológicas e partidárias, foram determinantes para criar um espaço



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOURES
Gabinete Deputados PSD

político unido contra a deriva extremista, permitindo que o 25 de novembro fosse não apenas um episódio militar, mas sobretudo uma afirmação política e popular inequívoca da democracia representativa.

O equilíbrio entre liberdade, responsabilidade económica e justiça social, matriz ideológica da social-democracia portuguesa, foi fundamental para o desenvolvimento do Estado Social, a integração europeia e a consolidação das instituições democráticas, pilares do nosso progresso coletivo. A estabilização democrática permitiu o fortalecimento das autarquias como pilares da governação democrática, aproximando o poder dos cidadãos e promovendo o desenvolvimento local.

No concelho de Loures, esta estabilidade possibilitou avanços significativos nas infraestruturas, na coesão social, no associativismo, na participação cidadã e no desenvolvimento territorial.

Cabe às forças políticas locais, incluindo o PSD, preservar o espírito de responsabilidade, diálogo e moderação que emergiu do 25 de novembro, rejeitando extremismos e promovendo políticas públicas equilibradas e inclusivas.

Num contexto marcado por polarização, desinformação e radicalizações, o exemplo de convergência democrática protagonizada por Soares e Sá Carneiro permanece mais atual e inspirador do que nunca, demonstrando a importância do consenso em torno dos valores essenciais da democracia.

Defender o legado do 25 de novembro é defender a democracia plena, a liberdade política, a memória histórica e a cultura institucional que sustentam Portugal há quase cinco décadas e constitui uma responsabilidade de todos os que se reveem nos valores democráticos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOURES

Gabinete Deputados PSD

Assim, o Grupo Municipal do Partido Social Democrata, reunido a 27 de novembro de 2025, propõe que a Assembleia Municipal de Loures delibere:

1. **Saudar o 25 de novembro** como momento fundador da consolidação democrática, reconhecendo o papel das instituições e dos protagonistas civis e militares, incluindo **Mário Soares e Francisco Sá Carneiro**, na defesa da liberdade e do pluralismo.
2. **Reafirmar o compromisso do Município de Loures** com os valores da democracia representativa, da social-democracia, da responsabilidade pública e da rejeição de extremismos, assumindo a sua defesa ativa no âmbito das suas competências.
3. **Promover anualmente iniciativas municipais** sobre cidadania democrática, memória histórica e o papel dos protagonistas que garantiram a estabilização política do país.
4. **Recomendar aos agrupamentos escolares** a inclusão de atividades formativas sobre o 25 de novembro, incentivando uma compreensão rigorosa da história democrática.
5. **Dar conhecimento da presente moção** à Presidência da República, Assembleia da República, Governo, partidos com representação parlamentar, Agrupamentos Escolares e entidades cívicas do concelho, com vista à sua divulgação e consideração.

Loures, 27 de novembro de 2025

O Grupo Municipal do PPD/PSD



PS

Aprovado por
Unanimidade, com
43 presenças

7.ª sessão extraordinária
27.11.2025

Voto de Saudação

128.º aniversário dos Bombeiros Voluntários de Sacavém

Dedicação e espírito de missão

Os Deputados Municipais do Partido Socialista, na 7.ª sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Loures, realizada a 27 de novembro, colocam à consideração dos restantes eleitos e eleitas a presente saudação, que visa saudar a corporação dos bombeiros voluntários de Sacavém, pela passagem do seu 128.º aniversário.

Dedicação e espírito de missão, constituem o seu legado e património feito de um profundo sentido de humanismo, consubstanciado em torno da salvaguarda de pessoas e bens, protegendo assim a nossa população.

Orgulha-nos este legado, que podemos considerar extensível às restantes corporações de bombeiros do Município de Loures e por isso é que Loures é o Município do país que mais apoia as suas corporações, bem como as respetivas Associações Humanitárias que gerem o seu património e igualmente desenvolvem um trabalho altamente meritório junto das comunidades que servem.

O nosso agradecimento e reconhecimento pelo trabalho incansável, coragem e dedicação em proteger a comunidade. O vosso trabalho representa o que de melhor o serviço público e o voluntariado têm.

Bem hajam pela vossa ***Dedicação e espírito de missão***!

Assim, os eleitos da bancada do Partido Socialista, propõem:

- A aprovação pela Assembleia Municipal de Loures da presente Saudação e o seu envio para o Presidente da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Sacavém e Comandante da respetiva corporação, solicitando a sua divulgação junto dos bombeiros e bombeiras que a integram;
- O envio da presente Saudação para a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil.

Loures, 27 de novembro de 2025

Os Eleitos do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Loures



PS

Aprovada por maioria

28 favor - PS + PSD + IL
15 contra - CH + CDU + BE

7ª sessão Extraordinária

27.11.2025

6

Moção

Considerando,

Que passaram 50 anos da data do 25 de novembro de 1975, dia em que, na expressão de Mário Soares foi reposta a pureza inicial do 25 de abril;

Que no dia 25 de novembro de 1975 as forças militares moderadas, nomeadamente o Movimento dos Nove, evitaram que a situação político-militar resvalasse para um confronto fratricida entre portugueses;

Que no dia 25 de novembro de 1975 se barrou o caminho às forças radicais, de sinal contrário, que pretendiam pôr em causa a expressão democrática vertida na Constituição da República Portuguesa, que viria a ser aprovada em 2 de Abril de 1976.

A Assembleia Municipal de Loures, reunida na sua 7ª sessão extraordinária, presta homenagem:

1.º Aos militares democráticos reunidos em torno do documento dos Nove, neles se destacando o Tenente-Coronel Melo Antunes, bem como os operacionais General Ramalho Eanes e Coronel Vasco Lourenço;

2.º A todos os portugueses, que em marchas de manifestação pacífica inundaram as ruas de Lisboa, nomeadamente no dia 19 de julho de 1975 – manifestação da Fonte Luminosa – tendo à sua frente cidadãos ímpolutos como Mário Soares e Salgado Zenha;

3.º À memória do Senhor Presidente da República da altura o Sr. General Costa Gomes, que interpretando o sentir do povo português, soube de forma exemplar conter os protagonistas que poderiam conduzir Portugal para um momento histórico fratricida e de consequências imprevisíveis.

A ser aprovada a presente moção, deve ser enviada para:

A Sua Excelência o Senhor General Ramalho Eanes;

À Associação 25 de Abril, com pedido expresso de reencaminhamento a todos os militares que participaram ativa e democraticamente nesta data.

Loures, 27 de novembro de 2025

Os Deputados Municipais do Partido Socialista

Voto de saudação

À realização de iniciativas alusivas ao Dia Internacional pela Eliminação das Violências sobre as Mulheres

A Assembleia Municipal de Loures, reunida a 27 de novembro de 2025 saúda as iniciativas promovidas no âmbito do Dia Internacional pela Eliminação das Violências sobre as Mulheres, que se assinalaram em vários pontos do País - no passado dia 25 de novembro -, e que reafirmam a urgência de enfrentar um problema que permanece por resolver: a prevenção e o combate a todas as formas de violência sobre as mulheres. A propósito do Dia Internacional pela Eliminação de todas as Violências sobre as Mulheres foram divulgados dados que apontam a existência de mais 25.300 ocorrências de violência doméstica, registadas pela PSP e GNR, nos primeiros nove meses do ano, e que evidenciam a dimensão de um flagelo que persiste e se agrava. Seja pelo aumento das agressões, seja pelo reforço da coragem de denunciar, estes números traduzem a existência de práticas intoleráveis assentes em concepções de inferioridade das mulheres e que atentam contra a sua integridade física, psicológica e dignidade humana — práticas que, demasiadas vezes, culminam em homicídios.

Há quem insista em dizer que a violência contra as mulheres é um problema privado — um caso isolado, um azar. Mas não é! A violência contra as mulheres não conhece fronteiras nem se limita às quatro paredes. Ela também se escreve nas leis que amarram, nos salários que não chegam, nos horários de trabalho impossíveis de conciliar, na precariedade que prende, nas rendas que sufocam, na justiça que tarda e falha, nas relações íntimas violentas, nos atos de violação e nas respostas que nunca chegam. Está nas promessas que ficam por cumprir e nos discursos que brilham mais do que as medidas.

Neste Dia, falemos, portanto, de todas as violências: as que se veem, as que se escondem, as que se normalizam e aquelas que sucessivos Governos insistem em ignorar.

O presente Voto de Saudação destaca a coragem das mulheres que denunciam a violência, afirmando os seus direitos conquistados com Abril e consagrados na Constituição da República Portuguesa. Saúda igualmente todas e todos os que, através

de organizações, movimentos, instituições e iniciativas locais, se recusam a pactuar com estes crimes e se empenham na defesa dos direitos das mulheres.

Saudamos as iniciativas que reafirmam a necessidade de uma política alternativa, que vá além das palavras – que concretize a legislação na vida das mulheres - e esteja assente na adopção de medidas concretas:

- a plena aplicação da legislação existente, dotando-a dos recursos financeiros, humanos e técnicos indispensáveis;
- o reforço dos serviços públicos de prevenção, apoio e protecção das vítimas de violência;
- a garantia de gratuidade na assistência jurídica às vítimas;
- o combate à violência no namoro através da implementação efectiva da educação sexual e relacional nas escolas;
- o acompanhamento e avaliação dos programas destinados a agressores, prevenindo reincidências;
- o reforço do financiamento da Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica e da Comissão de Protecção às Vítimas de Crimes;
- a criação de programas de saída para mulheres vítimas de prostituição, reconhecendo este fenómeno como forma extrema de violência e exploração.

A prevenção e combate às violências sobre as mulheres exige a rejeição do pacote laboral, uma vez que o seu conteúdo configura, em si mesmo, uma violência sobre as trabalhadoras, colocando-as ainda mais à mercê da arbitrariedade patronal, numa situação de mais precariedade, baixos salários, desregulação de horários, menos direitos de maternidade. Impedindo, na prática, a emancipação da mulher.

Este Voto reafirma ainda que o combate às violências sobre as mulheres exige condições de vida que assegurem independência, direitos e dignidade: salários dignos, estabilidade no emprego, direito à habitação e acesso garantido a creches. Condições fundamentais para romper, desde cedo, os ciclos de violência.

Neste contexto, as iniciativas do 25 de Novembro e as ações desenvolvidas em todo o país constituem momentos essenciais de resistência, solidariedade e de mobilização, expressando a determinação das mulheres e da sociedade em travar discriminações, desigualdades e violências, sejam elas quais forem.

Assim, a Assembleia Municipal de Loures saúda todas as iniciativas, organizações, activistas, profissionais e participantes que, no Dia Internacional pela Eliminação das Violências sobre as Mulheres, afirmam a luta pelos direitos das mulheres, pela igualdade e pelo fim de todas as formas de violência.

Sendo aprovada, a presente moção deverá ser remetida às seguintes entidades:

- Governo;
- Presidente da Assembleia da República;
- Grupos Parlamentares da Assembleia da República;
- Presidentes de Juntas de Freguesia do concelho de Loures;
- Presidentes das Assembleias de Freguesia do concelho de Loures;
- Organizações de Defesa dos Direitos das Mulheres, com assento na CIG (Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género).

Loures, 27 de Novembro de 2025

Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Loures



Doc. B

DECLARAÇÃO DE VOTO

relativo à Moção do CHEGA

Pelos 50 anos do 25 de novembro de 1975

O Partido Socialista votou contra a presente moção sobre o 25 de novembro pela seguinte ordem de razões:

- 1.º O texto ora rejeitado enferma de erros e pretende consagrar a ficção histórica de que desde o 25 de Abril até ao 25 de novembro Portugal terá vivido sob uma ditadura bolchevique;
- 2.º O 25 de novembro representa um momento em que se restabeleceu a ordem hierárquica nas forças armadas e a disciplina nos quartéis e se apaziguou a sociedade portuguesa restituindo-se a pureza inicial do 25 de Abril, no dizer de Mário Soares;
- 3.º Isto que foi muito, permitiu que Portugal caminhasse para a institucionalização da democracia com a aprovação da Constituição da República a 2 de abril de 1976 uma das mais evoluídas da Europa;
- 4.º O texto da moção apresentada serve-se do tema da fundação da democracia portuguesa para defender questões relacionadas com o funcionamento do partido político que a subscreve sendo que não há ponte possível entre os dois temas, mais se considerando que a alusão às alegadas tentativas de ilegalização do partido a que pertencem os subscritores da moção representa apenas o propósito de vitimização pública, para o que esta Assembleia Municipal não deve servir de palco.

Loures, 27 de novembro de 2025

Os Deputados Municipais do Partido Socialista

Página 1.



Doc. 9

DECLARAÇÃO DE VOTO

MOÇÃO "REAFIRMAÇÃO DO LEGADO DEMOCRÁTICO E REFORMISTA DO 25 DE NOVEMBRO" - PSD

O Partido Socialista absteve-se, porque não pode aceitar um conjunto de inverdades históricas contidas nesta moção, nomeadamente quanto à participação do Dr. Francisco Sá Carneiro que em todo o verão quente não se encontrava em Portugal, estando de baixa por motivos de saúde, encontrando-se no Reino Unido onde foi operado e estava em convalescença .

Loures, 27 de novembro de 2025

Os Deputados Municipais do Partido Socialista

Página 1



Declaração de Voto

Rejeição de Saudação ao 25 de Novembro

A CDU votou contra as saudações ao 25 de Novembro nesta Assembleia por entender que as mesmas se inserem numa ampla operação política que visa deturpar, menorizar e reescrever a história da Revolução de Abril, substituindo o seu sentido libertador por uma narrativa que serve objetivos contrários às conquistas democráticas alcançadas pelo povo português.

Rejeitamos assim o seu propósito: equiparar o que não é equiparável, colocando o 25 de Novembro no mesmo plano histórico e político que o 25 de Abril, a revolução que derrubou o regime fascista, restituiu liberdades, conquistou direitos e abriu caminho à construção do regime democrático plasmado na Constituição da República Portuguesa.

Esta deturpação surge, assim, integrada numa estratégia que, ao longo dos últimos anos, tem sido levada a cabo por setores que nunca se conformaram com o alcance das conquistas de Abril. Setores que, ontem como hoje, procuram branquear os interesses que defenderam durante a ditadura e que continuam a animar uma ofensiva política, económica e ideológica contra os direitos conquistados pelos trabalhadores e pelo povo.

Rejeitamos, por isso, que se procure transformar o 25 de Novembro num marco fundador de democracia. Tal leitura corresponde não só a uma mistificação histórica, mas também a uma tentativa de lançar sobre o PCP falsas acusações e insinuações antidemocráticas, destinadas a ocultar o verdadeiro sentido político desta operação: ajustar contas com o legado de Abril e criar condições para o prosseguimento de retrocessos sociais, laborais e democráticos.

Reafirmamos, pois, que é Abril que o povo celebra, porque é Abril que representa avanço, conquista, emancipação e democracia. Tudo o resto constitui uma tentativa de menorização desse processo e de desvalorização das transformações profundas que ele possibilitou.



Por todas estas razões, e em coerência com a defesa intransigente dos valores e conquistas de Abril, votamos contra as saudações ao 25 de Novembro.

Loures, 27 de Novembro de 2025

Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal



DECLARAÇÃO DE VOTO

Voto de Saudação da CDU

À realização de iniciativas alusivas ao Dia Internacional pela Eliminação das Violências sobre as Mulheres

A bancada do Partido Socialista votou favoravelmente esta saudação, reconhecendo e valorizando a importância do **Dia Internacional pela Eliminação das Violências sobre as Mulheres** e a necessidade de manter viva a consciência coletiva sobre este flagelo.

A violência contra as mulheres continua a ser uma realidade dolorosa e persistente, que exige **respostas firmes, articuladas e permanentes**. É essencial destacar que a Câmara Municipal de Loures tem vindo a desenvolver um trabalho contínuo e estruturado nesta área, não apenas na data evocativa, mas ao longo de todo o ano e em todas as fases da vida das mulheres e das comunidades.

Exemplo disso é o **Espaço Vida – Resposta Integrada de Apoio à Vítima de Violência Doméstica**, criado em 2022 e que integra a Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica. Este serviço funciona 24 horas por dia, 365 dias por ano, em articulação com a PSP, garantindo privacidade, conforto e segurança às vítimas. Só em 2024, registou **414 novas sinalizações**, acompanhando atualmente **463 processos** (443 mulheres e 20 homens), com idades maioritariamente entre os 36 e os 45 anos. Estes números revelam não apenas a dimensão do problema, mas também a confiança crescente das vítimas nas estruturas de apoio disponibilizadas pelo Município.

Estes números resultaram, até à data em **1619 atendimentos**, **273 sessões de acompanhamento psicológico**, **8 vítimas enquadradas em Centros de Acolhimento de Emergência** e de **1619 articulações e diligências com entidades**.

Quanto aos tipos de violência exercidos: 285 vítimas de violência psicológica; 225 vítimas de violência física; 75 violência económica; 57 violência sexual.

O Espaço Vida assegura:

- Atendimento especializado e multidisciplinar por técnicos de apoio à vítima;
- Acompanhamento psicológico;



- Coordenação da Rede Municipal de Intervenção na Violência Doméstica (criada em 2011, envolvendo forças de segurança, Ministério Público, CPCJ, Hospital Beatriz Ângelo, Segurança Social, Ordem dos Advogados e associações especializadas);
- Dinamização de ações de sensibilização sobre violência doméstica, violência no namoro, violência contra idosos e abuso sexual.

A par deste trabalho, Loures tem promovido campanhas de sensibilização, protocolos com instituições locais, formação de técnicos e projetos educativos nas escolas, garantindo que a **prevenção e a cultura da não-violência chegam desde cedo às novas gerações**. Em 2023, foi ainda criado o **Espaço + Família**, que intervém no acompanhamento social e psicológico de crianças, jovens e famílias em risco, reforçando a proteção e a prevenção de comportamentos violentos.

Assim, o PS vota favoravelmente este voto de saudação, reafirmando que o combate às violências sobre as mulheres exige **políticas públicas permanentes, articuladas e eficazes**. Loures é já exemplo de compromisso e ação nesta matéria, demonstrando que não se trata apenas de assinalar uma data, mas de **construir diariamente uma comunidade mais justa, inclusiva e segura, onde a vida, a liberdade e a dignidade de todas as pessoas são respeitadas e protegidas**.

Loures, 27 de novembro de 2025

Os Deputados Municipais do Partido Socialista